

Mediação cultural e mediação da leitura como estratégia de inclusão social: bibliotecas comunitárias

Cultural mediation and reading mediation as a social inclusion strategy:
community libraries

Maria das Graças Targino

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília (UnB). Atuou como docente no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Piauí (UFPI) e no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).
gracatartgino@hotmail.com

RESUMO

As bibliotecas são instituições irreversivelmente sociais, a que compete difundir valores que integrem a cultura de nações e povos, o que pressupõe a adoção da mediação cultural, em conceito amplo e em evocação restrita, a mediação da leitura. Não obstante as distinções conceituais que marcam a civilização, a mediação cultural impõe-se como ação educativa essencial ao diálogo de diferentes públicos com novas imagens e novos códigos visuais de consumo seguidos na contemporaneidade. A mediação da leitura incorpora múltiplas práticas para atrair e formar leitores. Ambas – mediação cultural e/ou mediação da leitura – podem estar presentes em qualquer tipo de biblioteca. No caso, objetiva-se alardear a força da biblioteca comunitária como elemento agregador em prol da democratização informacional e da cidadania. Em termos metodológicos, o texto segue a linha de pesquisa qualitativa: seus posicionamentos apreendem a complexidade e as informações obtidas, sem incorporarem necessariamente quantificação. Os resultados das discussões em torno de conceitos, como ação cultural, mediação cultural e e/ou mediação da leitura revelam que os caminhos são amplos e necessariamente adaptáveis à realidade circundante, o que exige do bibliotecário resiliência, como capacidade de adaptação e revisão de sua formação profissional como ator e autor de mudanças sociais.

Palavras-chave: Mediação cultural. Mediação da leitura. Leitura. Formação de leitores. Bibliotecas comunitárias.

ABSTRACT

Libraries are social institutions responsible for spreading values that integrate the culture of nations and peoples, which presupposes the adoption of cultural mediation, in a broad concept and in restricted evocation, the mediation of reading. Despite the conceptual distinctions that characterizes the human civilization, cultural mediation is essential as an element educational to the dialogue of different audiences with new images and new visual codes of consumption followed in the contemporary world. Reading mediation incorporates multiple practices to attract and train readers. Both –cultural mediation and / or reading mediation – can / must be present in any type of library. In this case, the objective is to showcase the strength of the community library as an aggregating element in favor of information democratization and citizenship. In methodological terms, the text follows the line of qualitative research: its positions understand the complexity and the information obtained, without necessarily incorporating quantification. The results of discussions around concepts such as cultural action, cultural mediation and / or reading mediation reveal that the paths are wide and

necessarily adaptable to the surrounding reality, which requires resilience from the librarian, such as their ability to adapt and revise their training professional as an actor and author of social changes.

Keywords: Cultural mediation. Mediation of reading. Reading. Training of readers. Community libraries.

1 INTRODUÇÃO

Não é o crítico que importa; nem aquele que aponta onde foi que o homem tropeçou ou como o autor das façanhas poderia ter feito melhor. O crédito pertence ao homem [ao mediador cultural] que está por inteiro na arena da vida, cujo rosto está manchado de poeira, suor e sangue; que luta bravamente. que erra, que decepciona, porque não há esforço sem erros e decepções; mas que, na verdade, se empenha em seus feitos; que conhece o entusiasmo, as grandes paixões; que se entrega a uma causa digna; que, na melhor das hipóteses, conhece no final o triunfo da grande conquista e que, na pior, se fracassar, ao menos fracassa ousando grandemente (grifo nosso).

Presidente Theodore Roosevelt, trecho de discurso intitulado “Cidadania em uma República”, conhecido como “O homem na arena”, proferido na Sorbonne, 23 de abril de 1910.

A sociolinguística consiste *per se* um mundo de encantamento e de transformação, a partir do momento que revela as mutações da linguagem falada e escrita no cotidiano dos povos, reforçando a dinamicidade da linguagem como forma de expressão das diferentes culturas. Como campo da linguística, estuda a relação entre língua e sociedade, descrevendo os aspectos sociais, incluindo normas e contextos culturais, sejam temporais, sejam espaciais, os quais apontam a forma como a língua é utilizada e, por conseguinte, os efeitos dessas inovações na tessitura social.

Ainda que não seja consensual, as mutações linguísticas estão atreladas à formação de conceito. Em termos coloquiais, o termo – conceito – vem sendo adotado sem muito rigor. Suas acepções mais comuns estão sempre relacionadas à ação de os indivíduos expressarem pensamentos e ideias diante de objetos, fatos e fenômenos que os circundam, de forma subjetiva e superficial. Apesar de constituírem, desde a Antiguidade, tópico de grande interesse dentro da filosofia aristotélica e, posteriormente, na psicologia da aprendizagem – formação do conceito ou conceito do conceito – em sua condição de representação de objetos e fenômenos, a formação do conceito prossegue como tema controverso.

Se a noção de conceito fundamenta-se no conhecimento e na proximidade da situação estimuladora, desde que o conceito é a abstração das características, dos fatos ou objetos facilmente observáveis ou mensuráveis, alguns conceitos não podem ser tão nitidamente relacionados aos fenômenos que pretendem representar, como é o caso de atitudes, aprendizagem, papel e motivação. Indo além, as dificuldades de se definir conceito estão relacionadas, em primeiro lugar, à ampla variedade de fenômenos que podem ser tidos como conceitos. Também a busca de atributos comuns à quantidade extraordinária de fenômenos é desencorajadora, visto que, além de o número de atributos ser irrisório, sua aplicabilidade a toda gama de entidades abrangidas é quase sempre incerta, bem como também é incerta a compreensão que oferecem a respeito da natureza essencial dos conceitos. Outro elemento que acentua a discórdia nos estudos do conceito do conceito é o fato de as diferenças entre as entidades serem significativas, assumindo relevância muito maior do que as semelhanças.

Tudo isto tão somente para rememorar que a palavra – mediação – isoladamente ou atrelada a outro termo, como mediação cultural e mediação da leitura – nem sempre conduz o leitor a uma concepção unívoca, até porque todos os conceitos de conceitos deixam a impressão de que algo foi suprimido, distorcido ou simplificado. O norte-americano John Wilson, em publicação clássica sobre o tema, *Thinking with concepts*, ano 1963, argumenta ser mais simples aceitar conceitos formulados por teóricos de forma não crítica do que tecer análises conceituais diante de novas terminologias. Estas ganham novas nuances apontando mudanças sociais, culturais e sociolinguísticas. Por exemplo, o cubano Osvaldo Nilo Balmaseda Neyra, apesar de ampla experiência frente ao Ministério da Educação Superior de seu país, ao prefaciar o livro brasileiro “Alfabetização e letramento: múltiplas perspectivas”, afirma literalmente:

É necessário que as [...] habilidades de ler e de escrever [do indivíduo] sejam incorporadas à vida cotidiana e à prática social. Pedagogos brasileiros têm utilizado uma palavra para diferenciar um estado do outro – alfabetização e letramento [...] Limitar-se à decodificação dos sinais escritos (alfabetização) é algo bem distinto de poder fazer da leitura um pleno exercício de compreensão e de interpretação, que permita ao indivíduo apropriar-se de outros conhecimentos e enfrentar com desenvoltura a complexidade da sociedade contemporânea. Isto é letramento.

A comunidade hispânica não dispõe de palavra específica para designar este conceito. Em geral, ao sujeito que não possui habilidades de leitura e

escrita [...] nomeia-se de analfabeto funcional. Confesso que conheci este termo graças a [...] professores brasileiros [...] (BALMASEDA NEYRA, 2017, p. 22-23, tradução nossa).

E, de fato, em que pesem as distinções conceituais entre grupos sociais e populações, no dia a dia, aí está uma série de novos vocábulos, como sextar, cinquentar, envelhecer, literatice familiar (contação de histórias em família) e que, infelizmente vem assumindo caráter pejorativo, como se fora a prática de uma literatura de má qualidade, em vez, de um estímulo brilhante de aproximar crianças e livros em família. Há muitos outros novos termos e conceitos, alguns dos quais advindos de inovações tecnológicas, como zapear (uso do WhatsApp), deletar, *fan fiction*, *booktube(r)* e influenciador digital. No caso, ousa-se afirmar que a mediação cultural e/ou mediação da leitura, em especial, nos remete às expressões – bibliotecas e ações culturais / bibliotecas e animação cultural – adotadas, com vigor, ao longo das décadas de 70 e 80, século XX.

Isto porque, se a mediação da leitura em bibliotecas incorpora variadas e múltiplas práticas com o intuito de atrair leitores, e mais do que atrair, formar leitores, a ação cultural nos moldes do clássico francês Victor Flusser (1982; 1983), também mantém o alvo de democratizar a leitura como instrumento capaz de contribuir para o avanço das coletividades, reduzindo desigualdades sociais, econômicas e culturais.

Ademais, se as bibliotecas são invariavelmente instituições sociais, a que compete preservar e difundir valores que integrem a cultura de nações e povos, o presente capítulo evidencia a mediação cultural, em conceito amplo e, sobretudo, em evocação mais restrita, a mediação da leitura. Esta pode e deve ser adotada em qualquer tipo de biblioteca – infantil, escolar, popular, pública, comunitária, empresarial, especializada, universitária e até particular – haja vista que algumas das modalidades aproximam-se, como é o caso das populares, públicas e comunitárias. Portanto, é possível utilizar as potencialidades das bibliotecas físicas, digitais e eletrônicas em suas diferentes facetas como estratégias de inclusão social.

A ênfase nas ditas bibliotecas comunitárias justifica-se por representarem a luta maior para a democratização informacional e o exercício da cidadania, como Gomes (2018) afiança. Em termos metodológicos, o texto segue a linha de pesquisa qualitativa, isto é, seus posicionamentos apreendem a complexidade e os detalhes das informações obtidas, sem incorporarem necessariamente a quantificação. Tal opção metodológica reafirma a premissa de Oliveira-Del Massa e Almeida Júnior (2017, não paginado), quando

dissertam sobre a mediação da informação em projetos de incentivo à leitura. Em sua opinião, a busca do caminho qualitativo posiciona a mediação da informação como norte na análise e no deslançar da pesquisa, sobretudo, pela preocupação subjacente à “[...] apropriação da informação, que é o que determina um papel mediador construtivo, mutável e valorizado, pois difere do contexto de entrega de informação, onde a disponibilização precede-se apenas de generalidades e conceitos objetivos.”

Objetiva-se, pois, chamar atenção para a força da biblioteca comunitária como elemento agregador e democrático, até porque, ao longo da carreira como pesquisadora, plagiando Brown (2016, p. 12), “hoje posso dizer que sou uma pesquisadora de dados qualitativos, ou seja: uma contadora de histórias.”

2 AÇÃO CULTURAL x MEDIAÇÃO CULTURAL E DA LEITURA

Com o intuito único de expor a similaridade das expressões ação cultural e mediação cultural e/ou mediação da leitura, adotadas em diferentes países e em diferentes momentos históricos, *a priori*, reforça-se a concepção da ação cultural de forma sucinta:

Do ponto de vista da prática da ação cultural, as relações com a herança cultural, as formas de assimilá-la e [...] a tentativa de pensar e viver a crítica de sua própria postura crítica, é extremamente importante, pois permite a decodificação tanto do acervo cultural quanto do contexto cultural com o qual se estiver atuando: [...] o que caracteriza a ação cultural é a constante superposição das relações inter-humanas e objetivas (FLUSSER, 1983, p. 151, grifo nosso).

A partir daí, é possível se aproximar mais da ação cultural. É a compreensão de que a distinção entre bibliotecário e animador bibliotecário; arquiteto e animador arquiteto; pedagogo e animador pedagogo e assim por diante é, essencialmente, a incorporação da ação e do pensamento político na prática profissional, o que pode se dar em qualquer campo profissional. O importante é que a agregação do elemento social e político ao fazer diário não seja tão somente uma característica a mais: deve constituir “[...] um elemento que transforme radicalmente [o] gesto profissional. A prática da ação cultural, a animação, é a prática política de uma profissão”, como Flusser (1983, p. 151) reitera, embora, como dito antes, é evidente a falta de consenso que ronda os conceitos. Rasteli (2013), por

exemplo, ao dissertar sobre bibliotecas que desenvolvem mediação da leitura, questiona o caráter do que se diferencia como apropriação da leitura, promoção da leitura e animação da leitura.

Portanto, é indispensável reconhecer a relevância da mediação da leitura na formação dos denominados leitores literários, ou seja, aqueles para quem a leitura constitui prática cultural, que lhes conduz à interação de puro prazer com o texto, bem distante da obrigatoriedade. Logo, são palavras-chave – família, escola e professores mediadores – haja vista que são eles os primeiros elementos propícios à formação do hábito da leitura criativa e crítica. A leitura criativa pode ser vista, de forma otimista, como o fim do percurso do indivíduo como leitor e o começo de sua caminhada como produtor de textos. A leitura crítica, por sua vez, também longe de ser mecânica, demanda que leitor diante do texto, constate, coteje, selecione e transforme. Para Rasteli (2013, p. 94), “[...] essas exigências acontecem sem uma ordem determinada, durante o encontro significativo do leitor no ato de ler. O leitor se conscientiza de que o exercício de sua consciência sobre o material escrito não visa o simples reter ou memorizar, mas o compreender e o criticar.”

Ademais, há a chance de trabalhos significativos de mediação em diferentes espaços de construção do conhecimento. De início, cita-se o exercício da biblioterapia (do grego *biblion* / livro e *therapeuticaorum* / tratamento). Por meio de textos literários e informativos, atua como coadjuvante na terapia. Ajuda a desenvolver o intelecto, solidificar a apreensão de novos saberes, entender reações, frustrações e conflitos, além de incrementar a autoestima, no momento em que estimula a criatividade e favorece a socialização dos grupos, instigando diálogo, leitura, autoconhecimento e equilíbrio emocional e intelectual.

Afora tal modalidade terapêutica por meio da leitura, mencionada por Frizon e Grazioli (2018); Prado (2019); e Rasteli (2013), desde a metade dos anos 80, o psicólogo social norte-americano James W. Pennebaker (2004) vem estudando sistematicamente a designada escrita emocional como recurso para acelerar ou promover a cura. Em “*Writing to heal*”, reforça, textualmente, o ato de escrever sobre experiências traumáticas por cerca de 15 a 20 minutos por dia, em três a quatro dias da semana, o que acarreta transformações efetivas na saúde tanto física quanto mental do indivíduo. Combate a insônia, melhora a prática laboral e facilita as relações interpessoais. As ideias desse

teórico têm sido de tal forma assimiladas por profissionais de distintas áreas, à semelhança de linguística, psicologia, pedagogia, fisioterapia, terapia e terapia ocupacional, que as psicólogas portuguesas Figueiras e Marcelino (2008), num único artigo científico “Escrita terapêutica em contexto de saúde: uma breve revisão”, citam e referenciam 14 obras do psicólogo social Pennebaker.

Além da biblioterapia e da escrita emocional, esta última também referenciada por Brown (2016), há uma infinidade de medidas possíveis e passíveis de implantação na mediação cultural e/ou mediação da leitura como instrumentos de inclusão. São práticas de promoção da leitura e da escrita direcionadas ao avanço de uma sociedade equânime e justa, que favorecem a criticidade e o letramento, indo além da alfabetização. A maioria é acessível a diferentes faixas etárias, incorporando crianças, adolescentes, adultos e idosos, como também, níveis mais ou menos elevados de escolaridade, como descritos por autores, como Carneiro (2018); Ferraz (2012); Figueiras e Marcelino (2008); Flusser (1982, 1983); Frizon e Grazioli (2018); Pennebaker (2004); Prado (2019); e Rasteli (2013):

1. Caixas-estantes.
2. Cantigas de roda.
3. Cine-pipoca.
4. Circuitos de oficinas (FERRAZ, 2012).
5. Clubes de leitura literária.
6. Diários de leitura.
7. Disposição de jornais locais ou estaduais ou nacionais para consulta diária.
8. Exposições de diferentes naturezas, de preferência, permanentes, inclusive de livros recém-adquiridos pela instituição.
9. *Fan fiction* (ficção de fã) ou *fanfiction* ou *fanfic* – narrativa ficcional, escrita e divulgada por fãs em fanzines impressos e em qualquer espaço cibernético, a exemplo de *facebooks*, *blogs*, *sites* e outros. O *fanfic* apropria-se de personagens e enredos de produtos midiáticos (filmes, séries, quadrinhos e videogames) com a finalidade de construir universo paralelo à peça original e, então, ampliar o número de fãs da obra em foco.
10. *Booktube* (*book* + *tube* = conteúdo na internet) – similar ao *fanfiction*, nomeia canais no YouTube focados em livros e literatura. Os *booktubers* (agentes dos

booktubes) disponibilizam no espaço virtual doses do universo literário, como resenhas; indicações de livros; discussões sobre obras recém-lançadas ou clássicas; desafios; aulas; dicas; entrevistas com autores etc.

11. Feiras de livros novos (convênios com editoras / livrarias locais) e usados.
12. Festas / concursos literários e artísticos.
13. Homenagem a autores / literatos.
14. Horas / rodinhas de leitura literária.
15. Horas de poesia.
16. Horas do conto / contação de histórias.
17. Lançamento de livros, de preferência, com a presença dos autores.
18. Malas de leitura.
19. Murais educativos permanentes e atualizados, incluindo Sugestões de leitura.
20. Palestras de interesse da coletividade.
21. Performances, pequenos espetáculos teatrais, apresentações de dança e de outras formas de expressão cultural.
22. Saraus literários.
23. “Tecendo memórias”, atividade envolvendo crianças e demais membros das famílias para resgate das memórias dos núcleos familiares, objetivando manter relação próxima e indissociável entre escola e família tanto para o desenvolvimento de bons leitores quanto para a formação de um cidadão que promova, adiante, a leitura de mundo.
24. Tecnologia assistiva – utilização de recursos e serviços que contribuam para ampliar as habilidades funcionais de pessoas com deficiência e, por conseguinte, promover sua vida independente e inclusiva no quesito cultural e da leitura. Os recursos tecnológicos podem atuar como táticas de mediação para superar conceitos subjacentes aos processos socioculturais, dentre os quais o ensino-aprendizagem.
25. Cumprimento e atenção à Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática história e cultura afro-brasileira, prescrevendo:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre história e cultura afro-brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o *caput* deste Artigo incluirá o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à história do Brasil (BRASIL, 2003, não paginado).

Carneiro (2018) apõe que as iniciativas permanentes de mediação cultural e/ou mediação da leitura dão vida aos acervos das bibliotecas comunitárias, impondo circulação bem mais dinâmica ao material impresso ou digital, se for o caso. E mais, tal circulação pode e deve extrapolar os muros das bibliotecas para alcançar espaços externos, através do diálogo com escolas, hospitais, postos de saúde, presídios, associações, praças, ruas, pontos de ônibus ou até ações de porta em porta.

Ainda como adendo, acresce-se que em “Você sabe o que são *booktubers?*”, ano 2019, há interessante listagem com os seis *booktubes* mais em voga. São eles: (1) “*Geek Freak*”, literatura e cultura pop; (2) “Perdido nos Livros”, além de livros, traz música, séries e entrevistas; (3) “Livraria em Casa”, ênfase em resenhas e informações sobre lançamentos; (4) “Cabine Literária”, vídeos semanais em linguagem simples e didática para um mergulho na literatura *geek*, isto é, conteúdos voltados para os aficionados por ciência e tecnologia, computadores e internet; (5) “Literature-se”, útil para quem está na fase de vestibular ou do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), com discussão sobre leituras obrigatórias, resenhas e discussões; (6) “Ler Antes de Morrer”, vídeos acerca de publicações brasileiras e internacionais, resenhas de clássicos, curiosidades sobre livros e autores.

3 BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS x MEDIAÇÃO CULTURAL E DA LEITURA

Gomes (2018) sintetiza que as bibliotecas comunitárias são espaços de leitura que emergem graças à iniciativa das próprias coletividades e por elas são administradas ou mesmo não tendo sido implantadas pela comunidade, destinam-se ao atendimento do público local, visando à incorporação aos processos de planejamento, monitoramento, decisão e avaliação do Poder Público, sem relegar o envolvimento dos cidadãos em tais processos. Carneiro (2018, não paginado) complementa:

As bibliotecas comunitárias que existem no nosso país vivem de histórias que os livros contam; os frequentadores segredam, desabafam, compartilham; surgem do contato de cada um deles com os livros; os mediadores de leitura apresentam aqueles que chegam a esses espaços; são dialogadas em trocas de experiência entre os mediadores em atividades de formação. São histórias de transformações individuais, coletivas e de conquistas em políticas públicas na área do livro, da leitura e da biblioteca, através da incidência nos âmbitos municipal, estadual e federal.

Trata-se de modalidade de biblioteca tão relevante para a popularização do acesso ao livro e à leitura que, segundo Gomes (2018) a chamada Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias integra mais de 110 bibliotecas comunitárias em Estados, como Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo. Sua meta é instalar e consolidar políticas públicas voltadas para a área do livro, da leitura e da literatura rumo à efetivação da leitura como direito humano.

Ainda no que concerne a políticas públicas, merece menção, sim, a denominada remição de pena, qual seja, o direito de o condenado abreviar o tempo prescrito na sentença penal. Pode ocorrer em três modalidades: mediante trabalho, estudo e, posteriormente, pela leitura, conforme Recomendação n. 44 / 2013 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O Projeto da Remição pela Leitura no Sistema Penitenciário Federal, graças à Portaria Conjunta n. 276, de competência da Corregedoria Geral da Justiça Federal e do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça (BRASIL, 2012). Transcorridos tantos anos, porém, é mínima a repercussão na mídia e na academia, incluindo profissionais de informação e de suas escolas de formação. Pouco se fala sobre a possibilidade de tal remição num ambiente tão hostil e tão esquecido pelo Poder Público e por quem integra a sociedade em geral, incluindo os profissionais na esfera da biblioteconomia.

Retomando as ações arroladas no item dois, é evidente que são passíveis de adaptação a outras modalidades de bibliotecas, embora o público mais receptivo, salvo exceções, esteja nas bibliotecas populares, públicas e comunitárias, alvo parcial de estudo empreendido por Xavier e Xavier (2015, p. 255). Cansados de tantas notícias ruins transmitidas via mídia nacional, os autores decidiram partir, sem qualquer patrocínio ou vínculo religioso ou político partidário, para percorrer (2011-2015) os 26 Estados brasileiros mais o Distrito Federal, indo do Norte (nascente do Rio Ailã, Monte Caburaí –

Roraima) ao Sul (Arroio Chuí, Rio Grande do Sul, RS), em busca de pessoas que fazem a diferença na comunidade onde vivem ou sobrevivem. Tornaram-se os “Caçadores de bons exemplos”, título do livro editado em 2015. Nesse período, “225.807 quilômetros percorridos [...]; 1.150 projetos catalogados; quatro anos de voluntariado! Quatro anos verdadeiramente vivendo o que é o amor!”

Fascinada pela coragem cidadã desse casal, vasculhei um a um TODOS os projetos, com o propósito de doar livros de nossa autoria ou fazer algo em torno das propostas concernentes à mediação cultural e/ou mediação da leitura como estratégia de inclusão social. Se eles vivenciaram o prazer de perceber “[...] que o verdadeiro sentido da vida, com certeza, é fazer sentido em outras vidas!” (XAVIER; XAVIER, 2015, p. 255), em nosso caso, a surpresa também foi significativa. Dentre os 1.150 projetos por eles cuidadosamente cadastrados, tão somente 28 (meros 2,43%) são destinados à leitura / livros / bibliotecas.

É um dado quantitativo que expõe a ausência de políticas públicas efetivas e valorosas no campo da biblioteconomia e na inclusão social pertinente à capacidade de alfabetização e de letramento, com ênfase para o letramento digital, direito de todos e uma das funções sociais da escola como elemento indispensável para a inclusão social e cidadã. No caso, o que reconforta os “caçadores”, parece ser as emoções vivenciadas e depoimentos coletados, como o de um garoto de 14 anos, habitante da Floresta Amazônica e que lhes diz algo mais ou menos assim: se o maior tesouro que o ser humano tem é a informação, e se vocês estão divulgando tantas informações sobre o bem, então vocês estão distribuindo tesouros. É a síntese do exposto por Oliveira-Delmassa; Almeida Júnior (2017), para quem o foco central não é a alfabetização como decodificação dos signos da língua escrita, mas, sim, a leitura ampla de mundo como processo, onde o leitor percebe o texto inserido em certo contexto de modo a permitir a intervenção em sua construção individual e coletiva.

Eis alguns dos Planos fantásticos, mas sobreviventes, delienados por Xavier; Xavier (2015) em comunidades de baixa renda também sobreviventes, que podem ser consultados em meio impresso ou eletrônico: Projeto Geladeiroteca (São Jerônimo – RS); Projeto Araçá Mirim (Lençóis – Bahia, BA); Projeto Árvore que Dá Livros (Brasília – DF); Projeto Pegaí: Leitura Grátis (Ponta Grossa – Paraná, PR); e Projeto Escola Vila (Fortaleza – Ceará, CE).

4 CONCLUSÕES

As transmutações sociais que conduzem a mudanças conceituais (WILSON, 1963) constantes e ininterruptas advindas dos inevitáveis ajustes da sociedade contemporânea, trazem à tona novas expressões ou expressões revisitadas, como é o caso da mediação cultural e/ou mediação da leitura que se assemelha em seu cerne à ação cultural ou animação cultural (FLUSSER, 1982, 1983), expressões presentes por décadas na esfera da biblioteconomia, das bibliotecas, além do termo letramento, o qual assume o posto da antiga expressão analfabeto funcional, como se surpreende o linguista Balmaseda Neyra (2017). Infere-se, então, que o bom senso conduz à revisão sistemática não apenas da evolução dos termos, de suas especificidades e diferenças, mas, sobretudo, das inter-relações que mantêm.

As inferências mais evidentes é de que a mediação cultural e/ou mediação da leitura, em especial, na esfera das bibliotecas, destaque para as comunitárias, não possui um só roteiro. Seus caminhos são amplos, diversificados e necessariamente adaptados à realidade circundante, de tal forma que exige do profissional bibliotecário resiliência, como capacidade de se recuperar ante medidas não exitosas ou se adaptar às mudanças que dão colorido aos diferentes contextos.

É urgente conscientizar o bibliotecário de que o objeto de sua profissão é a informação e, portanto, deve agir como catalisador e difusor do conhecimento dentro da comunidade, advindo daí seu potencial político como ator e autor de mudanças sociais. É o momento de assumir o posto de difusor de informações, lembrando, porém, que sua história como profissional da informação o posiciona como agente da burguesia, o que impede sua condução imediata a posições de vanguarda na tessitura societal, um vez que permaneceu, por longo tempo, deitado no berço esplêndido da esfera burguesa, ainda que, paradoxalmente, exercendo a práxis proletária. Quer dizer, embora a história da profissão, fortemente arraigada a valores, hábitos e tradições convencionais, justifique a lentidão das mutações, esta não impossibilita aos bibliotecários assumirem sua função social.

Compete ao bibliotecário trabalhar lado a lado com a família e a escola, onde os mestres “tradicionais” devem ser substituídos por mediadores, na acepção sustentada por teóricos, como Ferraz (2012) e Rasteli (2013), não importam os termos utilizados – ação

cultural ou animação cultural; mediação cultural e/ou mediação da leitura. Os mediadores são indivíduos de faixas etárias e formações distintas, os quais estão propensos a estenderem e fixarem pontes entre leitores e conteúdos por meio de caixas-estantes, murais, *booktubes*, clubes de leitura, *fanfiction* etc., de modo a propiciar encontro criativo e prazeroso entre livros e pessoas. No caso dos professores, a quem compete a indicação dos títulos a serem lidos com vistas à formação de leitores literários, além de estudarem as obras, devem liderar leituras compartilhadas, com a intervenção de bibliotecários, membros da comunidade, familiares dos alunos e quem mais se mostre disposto a contribuir no processo de mediação da leitura.

Sob esta ótica abrangente, o universo de educadores se expande, dentro de objetivos definidos democraticamente pela comunidade, assumindo os envolvidos não apenas o encargo puro e simples da disseminação de informações, mas, sobretudo, acentuando o escopo cultural das mesmas: as significações e o universo relacional no qual os dados, na condição de elementos primários das informações, efetuam transações e transições. É interessante e muito útil material disponibilizado por Ferraz (2012), o qual agrega passo a passo as etapas de mediação da leitura por meio de ações bastante simples usadas pelo mediador para o trabalho completo de leitura num circuito de oficinas pertinente à mediação da leitura em bibliotecas: explorar o acervo; auxiliar na seleção pessoal do material; estimular rodas de conversa; valorizar o empréstimo domiciliar; contar uma história quando solicitada por membros da coletividade; ouvir histórias lidas por alunos e assim sucessivamente.

Para alertar, ainda mais, sobre a necessidade de revisão na formação de bibliotecários e profissionais da informação em geral, retoma-se a premência de revisão na formação do bibliotecário animador, incluindo aspectos técnicos, humanísticos e sua prática cotidiana. Para Flusser (1983), como visto, o ideal é a incorporação do elemento social e político ao dia a dia do bibliotecário, em pleno século XXI, de modo a permitir que sua estrutura interna mantenha relação dialética entre

[...] *polis* e *logos*, entre realidade cultural e saber bibliotecário. Ela não deve ser uma formação distinta da do bibliotecário *tout court*, pois todo profissional [...] deve possuir o instrumental para a reflexão social de seu gesto de trabalho. Tampouco ela deve ser o acréscimo de uma disciplina “animação” no currículo [...], pois a animação não é algo a mais numa profissão, mas sua modificação profunda (FLUSSER, 1982, p. 231).

A citada relação dialética entre *polis* e *logos* ou entre realidade cultural e saber bibliotecário é vital face à diversidade dos que buscam as bibliotecas populares, públicas, e, sobretudo, comunitárias. Um primeiro agrupamento – os funcionalmente alfabetizados – incorpora três níveis diferenciados de alfabetização, descritos sucintamente por Targino (2017), tomando como fundamento dados do Instituto Paulo Montenegro.

Este caracteriza-se como organização sem fins lucrativos, instituído no ano de 2000 com o intuito de desenvolver práticas educacionais inovadoras visando melhor qualidade de educação, elemento essencial à construção e à solidificação de uma sociedade equânime. Até meados do ano de 2015, atuou na condução das ações de investimento social do Grupo Ibope [Instituto Brasileiro de Opinião e Estatística], empregando sua experiência e seu conhecimento acumulado na área de pesquisas em ações que beneficiam a sociedade de forma abrangente e transformadora. Adiante, a partir de 2016, com a mudança da composição acionária do Grupo, o Instituto Paulo Montenegro passou a ter apoio direto da família Montenegro (INSTITUTO PAULO MONTENEGRO, 2017).

O Instituto em foco, em parceria com a ONG [organização não governamental] Ação Educativa e com apoio do Ibope Inteligência, instituiu o chamado Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf). O intuito mais amplo é mensurar o nível de alfabetismo da população brasileira entre 15 e 64 anos, avaliando suas habilidades e práticas de leitura, de escrita e de matemática. Com cerca de nove edições do indicador ao longo de 17 anos, e em conformidade com a última, ano 2015, o domínio das habilidades ora referidas pelos participantes do estudo permitem identificar dois grandes grupos.

O primeiro agrupamento – funcionalmente alfabetizados – incorpora três níveis diferenciados de alfabetização. São eles:

Elementar – as pessoas [...] leem e compreendem textos de média extensão, localizam informações mesmo que seja necessário realizar pequenas inferências, resolvem problemas envolvendo operações na ordem dos milhares, resolvem problemas envolvendo uma sequência simples de operações e compreendem gráficos ou tabelas simples, em contextos usuais [...]

Intermediário – [as pessoas] localizam informações em diversos tipos de texto, resolvem problemas envolvendo porcentagem ou proporções ou que requerem critérios de seleção de informações, elaboração e controle

de etapas sucessivas para sua solução [...] Interpretam e elaboram sínteses de textos diversos e reconhecem figuras de linguagem [...]

Proficientes – [são] [...] pessoas cujas habilidades não mais impõem restrições para compreender e interpretar textos em situações usuais: leem textos de maior complexidade, analisando e relacionando suas partes, comparam e avaliam informações e distinguem fato de opinião. Quanto à matemática, interpretam tabelas e gráficos com mais de duas variáveis, compreendendo elementos como escala, tendências e projeções (INSTITUTO PAULO MONTENEGRO, 2017, p. 1).

Se a mediação cultural e/ou mediação da leitura facilita a ação dos profissionais bibliotecários em seu enfrentamento com os funcionalmente alfabetizados, o segundo agrupamento – analfabetos funcionais (público majoritário das bibliotecas comunitárias) – incorpora os analfabetos ou sem escolarização (expressão politicamente correta nos dias de hoje), e, ainda, um segundo segmento, designado de rudimentar. A alfabetização rudimentar diz respeito àqueles que apenas conseguem ler e compreender textos curtos ou de linguagem familiar, a exemplo de propagandas ou bilhetes. Sabem contar. Fazem operações aritméticas simples, como manusear cédulas ou moedas para pagamento de pequenas quantias. Estão aptos a medir com fitas métricas ou similares, mas mantêm dificuldades diante de textos longos e números extensos (TARGINO, 2017).

Por fim, “como contadora de histórias”, apenas para ilustrar, acrescentam-se dados quantitativos relativamente recentes, que permitem interpretar as políticas públicas brasileiras direcionadas à formação integral do indivíduo. De acordo com a quarta e última edição da pesquisa “Retratos da Leitura no Brasil”, desenvolvida em 2016 pelo conceituado Instituto Pró-Livro (2018), mais da metade da população brasileira se considera leitora. Porém, apenas 4,96 livros são lidos a cada ano, e o mais grave, desse total, somente 2,43 foram terminados e 2,53, em partes. O Instituto e pesquisadores categorizam como leitor quem leu, na íntegra ou, no mínimo, trechos de um livro nos últimos três meses. Mas, os estudos atestam que 74% dos brasileiros nunca compraram um livro e 30% dos depoentes nunca leram uma única obra.

Aliás, a bem da verdade, essas observações finais pretendem comprovar quão imperiosa é a preparação / formação do bibliotecário para exercer a função de mediador, nos moldes sintetizados por Ferraz (2012), diante da deficiência das políticas públicas para bibliotecas no Brasil e para a educação, presente nas entrelinhas do trecho-síntese de Carneiro (2018, não paginado):

As bibliotecas comunitárias que existem no nosso país vivem de histórias que os livros contam; os frequentadores segredam, desabafam, compartilham; surgem do contato de cada um deles com os livros; os mediadores de leitura apresentam aqueles que chegam a esses espaços; são dialogadas em trocas de experiência entre os mediadores em atividades de formação. São histórias de transformações individuais, coletivas e de conquistas em políticas públicas na área do livro, da leitura e da biblioteca, através da incidência nos âmbitos municipal, estadual e federal.

REFERÊNCIAS

BALMASEDA NEYRA, O. N. Favorecer una lectura del mundo. In: TARGINO, M. das G.; SILVA, E. M. P. de A.; SANTOS, M. F. P. dos (org.). **Alfabetização e letramento**: múltiplas perspectivas. Teresina: EDUFPI, 2017. 238 p. p. 17-20.

BRASIL. Corregedoria Geral da Justiça Federal e Departamento Penitenciário Nacional. **Portaria Conjunta n. 276**, de 20 de junho de 2012. 2012. Disciplina o Projeto da Remição pela Leitura no Sistema Penitenciário Federal. Disponível em: https://www.cjf.jus.br/cjf/documentos/portaria_remissao_pelaleitura.pdf/view. Acesso em: 19 mar. 2020.

BRASIL. **Lei n. 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática história e cultura afro-brasileira, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2003.

BROWN, B. **A coragem de ser imperfeito**. Rio de Janeiro: Sextante, 2016.

CARNEIRO, A. P. Onde a mediação de leitura tece laços para a garantia de direitos. **Revista Biblioo**, Rio de Janeiro, ano 8, n. 2, não paginado, jun. 2018.

FERRAZ, M. M. P. **Circuito de oficinas**: mediação de leitura em bibliotecas públicas. São Paulo: SP Leituras – Associação Paulista de Bibliotecas e Leitura, 2012.

FIGUEIRAS, M. J.; MARCELINO, D. Escrita terapêutica em contexto de saúde: uma breve revisão. **Revista Análise Psicológica**, Lisboa, v. 26, n. 2, p. 327-334, 2008.

FLUSSER, V. A biblioteca como um instrumento de ação cultural. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 11, n. 2, p. 145-169, set. 1983.

FLUSSER, V. O bibliotecário-animador: considerações sobre sua formação. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 12, n. 2, p. 230-236, set. 1982.

FRIZON, J. R.; GRAZIOLI, F. T. Mediação de leitura: possibilidades e experiências. **Revista Diálogos (RevDia)**, v. 6, n. 2, não paginado, maio / ago. 2018.

GOMES, J. O papel do mediador de leitura nas bibliotecas comunitárias. **Revista Biblioo**, Rio de Janeiro, ano 8, n. 2, não paginado, jun. 2018

INSTITUTO PAULO MONTENEGRO. **[Informações diversas]**. 2020. Disponível em: <http://www.ipm.org.br>. Acesso em: 16 mar. 2020.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. **Assim que os políticos gostam**: 74% da população brasileira nunca leu um livro. 2018. Disponível em: <http://prolivro.org.br/home/ipl-na-midia/clipping/8485-assis-que-os-politicos-gostam-74-da-populacao-brasileira-nunca-leu-um-livro-cocais-noticias-sites-e-portais-17-02-2018>. Acesso em: 18 mar. 2020.

OLIVEIRA-DELMASSA, H. C.; ALMEIDA JÚNIOR, O. F. A mediação da informação em projetos de incentivo à leitura. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 18., 23-27 out. 2017, Marília – SP. [Anais Eletrônicos...] Marília: ANCIB / Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2017.

PENNEBAKER, J. W. **Writing to heal**: a guided journal for recovering from trauma and emotional upheaval. Oakland: New Harbinger, 2010.

PRADO, J. do. (org.). **Mediação da leitura literária em bibliotecas**. Rio de Janeiro: Malê, 2019.

RASTELI, A. **Mediação da leitura em bibliotecas públicas**. 2013. 170 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2013.

TARGINO, M. das G. Universo mágico da alfabetização e do letramento. In: TARGINO, M. das G.; SILVA, E. M. P. de A.; SANTOS, M. F. P. dos (org.). **Alfabetização e letramento**: múltiplas perspectivas. Teresina: EDUFPI, 2017. 238 p. p. 31-45.

VOCÊ sabe o que são *booktubers*? Veja os melhores canais do YouTube para quem é apaixonado por livros. 2019. Disponível em: <https://www.purebreak.com.br/noticias/booktubers-6-canais-sobre-livros-no-youtube-para-voce-acompanhar/87229>. Acesso em: 18 mar. 2020.

WILSON, J. **Thinking with concepts**. Cambridge: University Press, 1963.

XAVIER, I.; XAVIER, E. **Caçadores de bons exemplos**: em busca de brasileiros que fazem a diferença. São Paulo: LeYa, 2015.

Recebido em: 23 de março de 2020
Aprovado em: 18 de maio de 2020
Publicado em: 05 de junho de 2020